

INTRODUÇÃO À LEITURA DO LIVRO DO DEUTERONÔMIO

*Dr. Pe. Clodomiro Sousa e Silva**

RESUMO

O Livro do Deuteronômio apresenta, na forma de um longo discurso atribuído a Moisés, uma versão atualizada e uma recapitulação da Lei consignada a Israel no Sinai. O título *deyteronómion* (“segunda lei”) – encontrado na tradução grega da Septuaginta – baseia-se no fato de o escrito “reutilizar” abundante material proveniente dos livros precedentes do Pentateuco. O Deuteronômio deve ser considerado, assim, bem mais um documento de renovação da Aliança do que uma declaração inicial de estabelecimento de pacto. No entanto, a obra possui a sua originalidade, uma vez que certos temas teológicos aparecem particularmente no Deuteronômio ou, então, recebem ali mais ênfase do que nos demais livros da Lei Mosaica. Além disso, a teologia deuteronômica exerce grande influxo não apenas sobre as Escrituras judaicas (*Tanak*), mas também sobre o conjunto da Bíblia cristã (Antigo e Novo Testamentos). O objetivo deste artigo é apresentar alguns pressupostos a uma leitura inicial do quinto livro da *Torah*.

PALAVRAS-CHAVE: Introdução. Leitura. Deuteronômio. Lei. Moisés.

* Doutor em Teologia pela Faculdade Jesuíta, de Belo Horizonte. Mestre em Exegese Bíblica pelo Pontifício Instituto Bíblico, em Roma. Diretor e Professor do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí-ICESPI.

ABSTRACT

The Book of Deuteronomy presents, in the form of a long speech attributed to Moses, an updated version and a recapitulation of the Law consigned to Israel at Sinai. The title *deyteronómion* (“second law”) – found in the Greek translation of the Septuagint – is based on the fact that the script “reuses” abundant material from the preceding books of the Pentateuch. Deuteronomy must be considered, therefore, much more a document of renewal of the Covenant than an initial declaration of establishment of a pact. However, the work has its originality, since certain theological themes appear particularly in Deuteronomy or, then, receive more emphasis there than in the other books of the Mosaic Law. Furthermore, Deuteronomic theology exerts a great influence not only on the Jewish Scriptures (*Tanak*), but also on the whole of the Christian Bible (Old and New Testaments). The purpose of this article is to present some assumptions to an initial reading of the fifth book of *Torah*.

KEYWORDS: Introduction. Reading. Deuteronomy. Law. Moses.

INTRODUÇÃO¹

A importância teológica do Deuteronômio está relacionada com o início do processo canônico (Dt 31,24-26) que produziu a Bíblia Hebraica (BH). Neste sentido, o livro deixou a sua marca teológica sobre o conteúdo das três partes do Antigo Testamento: Lei, Profetas e Escritos. A obra figura, no cânon bíblico (= lista oficial dos livros bíblicos), como o quinto livro da *Torah* (= Lei de Moisés ou Pentateuco) ou como a introdução da chamada “história deuteronomista”, assim denominada por receber influência direta da teologia do livro do Deuteronômio, contada nos livros de: Josué, Juízes, 1-2 Samuel e 1-2 Reis. Além disso, no Deuteronômio, temos, pela primeira vez, uma tentativa reflexiva de sistematização da fé em Israel.

Os três livros que aparecem mais frequentemente entre os “manuscritos do Mar Morto”² – Salmos (36 vezes), Deuteronômio (29 vezes) e Isaías (21 vezes) – são também os três mais citados no Novo Testamento. O Deuteronômio figura proeminentemente na vida e no ensinamento de Jesus, sendo o primeiro texto veterotestamentário citado por ele, logo após o seu Batismo, por ocasião das tentações no deserto (Mt 4,4 = Dt 8,3; Mt 4,7 = Dt 6,16; Mt 4,10 = Dt 6,13). Jesus também fez de Dt 6,5 o primeiro mandamento para os seus discípulos (Mt 22,37; Mc 12,30; Lc 10,27). Em Mt 22,34-40, Jesus recorda aos

¹ Com base em WOODS, 2011 (Tyndale Old Testament Commentary, 5), p. 25-26.

² Cerca de oitocentos textos bíblicos e extrabíblicos, dispersos em milhares de fragmentos de pergaminho e de papiro, encontrados em onze cavernas do deserto da Judeia, na localidade denominada Qumrã, a partir do final da década de 1940 e durante a década de 1950. Para muitos estudiosos, trata-se do mais importante achado arqueológico do século XX.

seus ouvintes que toda a Lei e os Profetas (= todo o Antigo Testamento) sustentam-se sobre os dois pilares de Dt 6,5 e Lv 19,18. Ademais, Lucas vê em Jesus o profeta “como Moisés”, prometido pelo Deuteronômio (Dt 18,15.18-19; At 3,22-23), e padroniza a comunidade cristã primitiva segundo a visão deuteronômica (At 4,34; cf. Dt 15,4). Em Jo 4,25-26, o próprio Jesus apresenta-se à samaritana como o Messias-Profeta de Dt 18,15.18-19 (KONINGS, 2005, p. 128). Por fim, o apóstolo Paulo é o escritor neotestamentário que mais utilizou o Deuteronômio em seus escritos, especialmente Dt 30,11-14 (Rm 10,6-10) e Dt 32 (Rm 10,19–11,26; 1Cor 10; 2Cor 6,14-18).

Em suma, a teologia do Deuteronômio influencia, de maneira decisiva, não apenas a totalidade das Escrituras judaicas, que corresponde ao Antigo Testamento dos cristãos, mas também todo o conteúdo da Bíblia cristã.

1 TÍTULO

O quinto livro do Pentateuco recebe, na tradição hebraica, dois nomes. O primeiro, que provém da expressão inicial do texto hebraico, é *Debarim* (“Palavras”): *’élleh haddebarim ’asher dibber mosheh ’el-kol-yisra’el...* (Dt 1,1a). O segundo, que deriva da tradução que a Septuaginta³ faz do hebraico *mishneh hattorah* (Dt 17,18), é “Deuteronômio” (grego: *deyteronómion* = “segunda lei”)⁴. Na

³ Também abreviada como LXX, é a tradução grega do Antigo Testamento, feita pelos judeus do Egito, a partir do séc. III a.C. (KONINGS, J., 1995. p. 242. p. 242).

⁴ O termo “Deuteronômio” resulta da tradução errônea que a Septuaginta fez do hebraico “cópia da Lei”, de Dt 17,18, no sentido de “segunda Lei”, posterior à do Sinai (VON RAD, 1979 [Antico Testamento, 8]. p. 11).

seqüência, a Vulgata Latina⁵ manteve a nomenclatura da Septuaginta, dando à obra o título de *deuteronomium*.

Chamar o Deuteronômio de “segunda lei” não significa considerá-lo uma lei totalmente nova, descontínua em relação ao restante do Pentateuco. O livro apresenta, simultaneamente, em forma de pregação (Dt 29,1), uma versão atualizada e uma recapitulação da Lei consignada a Israel no Sinai. O título dado pela Septuaginta apoia-se no fato de o livro “reutilizar” bastante material encontrado nos livros precedentes. Por exemplo, vinte por cento do Livro da Aliança (Ex 20,23–23,33) possuem textos paralelos no Deuteronômio (PERUZZO, 2020, p. 11).

2 AUTORIA, DATA E PROVENIÊNCIA⁶

A questão da autoria, datação e proveniência do Deuteronômio continua a gravitar entre dois polos. O primeiro é representado pela tradição judaica e cristã pré-crítica que, quase unanimemente, atribui a autoria da obra a Moisés (pelo menos em sua forma básica). O segundo refere-se ao novo direcionamento apontado por De Wette (1805), segundo o qual o “livro da Lei” – encontrado no Templo de Jerusalém pelo sumo sacerdote Helcias (2Rs 22,8)⁷ e utilizado pelo rei

⁵ Tradução modelo da Bíblia para o latim, feita por São Jerônimo, no séc. V (KONINGS, 1995, p. 243).

⁶ Este tópico é desenvolvido com base em WOODS, 2011 (Tyndale Old Testament Commentary, 5).

⁷ A nota da Bíblia de Jerusalém (4ª impressão, 2006) para este versículo diz que “este ‘livro da Lei’, chamado ‘livro da Aliança’ em [2Rs] 23,2.21, pode ser o Deuteronômio, ao menos sua seção legislativa, cujas prescrições comandarão a reforma que se vai efetuar. É o documento da Aliança com Iahweh, talvez redigido em relação com a reforma de Ezequias [2Rs] 18,4 e escondido, ou perdido ou esquecido”.

Josias (2Rs 22–23) – não era outro senão o (então recentemente escrito) livro do Deuteronômio (possivelmente composto nos tempos de Ezequias).

A ideia de De Wette foi desenvolvida por Wellhausen (1885), o qual conjecturou que o tal “livro da Lei” correspondia essencialmente a Dt 12–26 (o “Código Deuteronômico”), que teria sido escrito por um profeta, pouco antes da reforma de Josias (cerca de 622 a.C.). O escrito teria se tornado, então, uma espécie de manual da reforma, em vista da centralização do culto em Jerusalém e da remoção dos “lugares altos” do país. O profeta teria escondido o livro no Templo, de modo que pudesse ser encontrado. Assim, a descoberta do livro por Helcias e a sua leitura perante o rei Josias tornar-se-iam a base para a reforma. Eventualmente, o Deuteronômio teria sido adicionado a Gênesis, Êxodo, Levítico e Números, para formar o atual Pentateuco (ou *Torah*).

As sugestões de De Wette e Wellhausen têm fornecido o fundamento sobre o qual as questões básicas relativas à origem e data do Pentateuco se estabelecem. No debate acadêmico atual, a tese de Wellhausen, que associa o Deuteronômio à reforma de Josias (séc. VII a.C.), continua a ser adotada (com diferentes nuances) pelos mais importantes estudos críticos da matéria. Von Rad, por exemplo, argumenta que o Deuteronômio teria sido escrito por levitas do norte do país, chegados a Judá depois da queda de Israel (721 a.C.), e que teriam preservado suas tradições (pouco antes de 701 a.C.). Weinfeld (1991), por sua vez, sustenta que a profecia nortista (especialmente a de Oseias) teria influenciado diretamente o Deuteronômio.

A obra encontra-se firmemente respaldada na figura histórica de Moisés e, de algum modo, preserva palavras que o legislador dirigiu a Israel, no país de Moab. Todavia, processos editoriais devem ter

dado ao escrito a sua forma atual. Assim, a fixação de uma data de composição para o livro torna-se impossível, já que ele deve ter resultado de um longo processo histórico, que durou alguns séculos. Talvez o Deuteronomio – assim como o Pentateuco em geral – tenha adquirido a sua forma canônica atual apenas no período que sucede imediatamente ao exílio babilônico (cerca de 587 a 538 a.C.)⁸.

3 FORMA E ESTRUTURA⁹

Uma primeira definição, bastante simples e igualmente formal, do Deuteronomio seria afirmar que o livro “contém a narração do último dia da vida de Moisés. É, contudo, em grande parte, ‘o dia mais longo’ de todo o Pentateuco. Em termos técnicos, temos trinta e quatro capítulos de *tempo narrativo*, para cerca de uma dúzia de horas de *tempo narrado*” (SKA, 2016, p. 208). A forma do Deuteronomio consiste em discursos de despedida e poemas, que Moisés dirigiu a Israel, nos últimos instantes de sua vida, acrescidos de breves narrativas referentes às suas atividades finais: passagem da sucessão a Josué, registro dos discursos e morte no país de Moab.

O Deuteronomio pode ser esboçado de acordo com o seguinte esquema:

I. Cabeçalho (1,1-5)

O narrador apresenta o Deuteronomio como um longo discurso de Moisés, ao final da travessia do deserto, antes do ingresso no país de Canaã, contextualizando-o “no quadragésimo ano, no primeiro dia do

⁸ Jean-Louis Ska, no seguimento de outros exegetas, observa que “o Pentateuco surgiu, em grande parte, de exigências internas da comunidade pós-exílica” (SKA, 2016, p. 234).

⁹ O tópico combina PERUZZO, 2020, p. 15-18 com TIGAY, 1996, p. XII.

décimo primeiro mês” (1,3), “no outro lado do Jordão, na terra de Moab” (1,1.5). A seção situa histórica e geograficamente as palavras que Moisés dirigiu a todo o Israel, ensinando-o a viver como uma nação livre e fiel a Deus, na posse da terra.

II. Prólogo: primeiro discurso (1,6–4,43)

A. Retrospectiva: a jornada desde o Horeb até Moab (1,6–3,29)

Nesta seção, Moisés informa que está impedido de atravessar o Jordão (3,23-29). A tarefa de condução do povo caberá, então, a Josué (3,28).

B. Exortação à observância das leis de Deus (4,1-40)

O estilo aqui é a parênese, que tem como principal objeto a observância das leis divinas: “Agora, pois, ó Israel, ouve os estatutos e as normas que eu hoje vos ensino a praticar, a fim de que vivais e entreis para possuir a terra que vos dará o Senhor, o deus de vossos pais” (4,1). Ao longo do livro, Israel será sempre lembrado de que a qualidade da sua vida na terra prometida dependerá diretamente do seu nível de fidelidade às leis divinas.

C. Apêndice: seleção de cidades para o degredo (4,41-43)

III. Segundo discurso: a Aliança feita em Moab (4,44–cap. 28)

A. Cabeçalho (4,44-49)

A abertura dá-se com uma fórmula característica do Deuteronômio: “Esta é a Lei que Moisés promulgou para os israelitas” (4,44). O narrador introduz os discursos, fazendo memória da tomada de posse de alguns territórios por Israel (4,44-49).

B. Prólogo: a teofania e a Aliança no Horeb (5)

Moisés toma, então, a palavra e proclama um novo decálogo (5,1-22; cf. Ex 20,2-21). As normas e os estatutos proclamados resultam da Aliança contraída com o Senhor no Horeb (5,2)¹⁰. Em seguida, argumenta-se acerca do papel de Moisés como mediador entre Deus e o povo (5,23-33).

C. Preâmbulo às leis dadas em Moab (6,1–11,32)

A finalidade da Lei divina é a obediência de Israel (6,1-25). Este é admoestado acerca da apostasia (7,1-11). As bênçãos decorrem da obediência (7,12-16). A lembrança do Êxodo é garantia de confiança na promessa de auxílio divino contra os inimigos (7,17-26). Por isso, o povo é exortado a sempre recordar os benefícios do Senhor (8,1-20). Moisés lembra também as murmurações e infidelidades dos israelitas (9,1-29), cita as segundas tábuas da Lei (10,1-11), exorta à obediência (10,12–11,12) e alude os benefícios da obediência (11,13-25), que são a bênção para os que obedecem aos mandamentos e a maldição para os que os transcuram (11,26-32).

D. As leis dadas em Moab (12,1–26,15)

Longa seção legal, que contém numerosos preceitos, relativos às mais diferentes questões como, por exemplo: o lugar de culto (12,1-19), o consumo de carne (12,20-32), a idolatria (13,1-18), os animais puros e impuros (14,1-21), os dízimos (14,22-29), o ano da remissão (15,1-

¹⁰Topônimo substitutivo do monte de Deus, o Sinai, cunhado nos círculos deuteronomistas e que, com base em Dt 5,2, é utilizado em Dt 1,2.6.19; 4,10,15; 9, 8, 18,16, 28,69; exceção: 33,2. As razões da substituição podem ser encontradas, por um lado, no fato de o nome Sinai evocar, pela semelhança fonética, o deus lunar assírio Sin e, por outro lado, na região de Edom-Seír, intimamente associada ao nome do Sinai, caiu desde o séc. VI a.C. em grande descrédito (FREVEL, Christian. Horeb. In: KASPER, 2011, p. 790.)

11), os escravos (15,12-23), as três festas de peregrinação (16,1-17) dentre outras. Prevalece nitidamente, nesta seção, a noção de *Torah* como *nómos*, “lei” revelada que, no contexto da Aliança, plasma a vida do povo em conformidade com a vontade divina (CATTANI, 2006, p. 12).

E. Conclusão às leis (26,16–28,68)

Alguns compromissos mútuos entre Deus e Israel (26,16-19); uma digressão referente a cerimônias, para reafirmar a Aliança, ao ingresso na terra (27) e algumas promessas e avisos concernentes ao cumprimento ou à violação da Aliança (28,1-68).

F. Subscrição (28,69)

IV. Terceiro discurso: exortação à observância da Aliança feita em Moab (29–30)

Deus faz uma Nova Aliança com o povo em Moab (29,1-29). Será uma aliança interior: “O Senhor, teu Deus, circuncidará teu coração e o coração de tua descendência, para que ames o Senhor, teu Deus...” (30,6). A aliança é gratuita e a misericórdia de Deus se estende a todos os que se arrependem (30,1-10). O mandamento não é excessivo nem fora de alcance (30,11). Amar o Senhor e obedecer às suas leis é escolher a vida, em vista de se habitar a terra que o Senhor prometeu em juramento aos pais (30,19-20).

V. Epílogo: últimos dias de Moisés (31–34)

A. Moisés prepara Israel para o futuro (31–32)

Descrevem-se os atos preparatórios (31), um poema de Moisés (32,1-43) e as instruções finais de Deus a Moisés (32,44-52).

B. Bênçãos de despedida de Moisés a Israel (33)

C. Morte de Moisés (34)

4 TEMAS PRINCIPAIS

Certos temas teológicos compõem particularmente no Deuteronômio ou, então, recebem ali mais ênfase do que nos demais livros do Pentateuco. Alguns desses temas são brevemente apresentados neste tópico.

4.1 Deus¹¹

Um princípio fundamental subjacente ao Deuteronômio é o monoteísmo, expresso na convicção de que o Deus de Israel não apenas “é o Deus dos deuses e o Senhor dos senhores” (Dt 10,17), mas também o único Deus (“o Deus vivente”, Dt 5,26). Também os outros livros do Pentateuco reconhecem o Senhor como único Deus, mas dedicam-se mais a proibir a adoração a outras divindades do que a refutar a fé na sua existência. O Deuteronômio é o primeiro livro da *Torah* a sustentar abertamente que não há outro deus, além do Deus de Israel, e a tentar evidenciar isso, mostrando que somente ele realizou feitos que provam a sua divindade (Dt 4,32-40; cf. 3,24). O Deuteronômio dá também uma das poucas explicações, no Pentateuco, à proibição dos ídolos (Dt 4,9-20). Outro traço do monoteísmo deuteronômico é o ensinamento segundo o qual o Deus de Israel guia também a história de todos os outros povos (cf. Dt 2,20-23; 4,19).

¹¹ Para desenvolvimento desse tópico se partirá da perspectiva de TIGAY, 1996, p. XII-XIII.

O tema principal do Deuteronômio é a fidelidade ardente e exclusiva que Israel deve ao Senhor, conforme expresso em Dt 6,4-5: “Escuta, Israel! O Senhor nosso Deus é o único Senhor! Tu amarás o Senhor teu Deus com todo o coração, com todo o ser e com todas as forças”. O *shema’ yisra’el* (“Escuta, Israel”) “é a oração por excelência do povo judeu e o ponto central na Tradição e na espiritualidade bíblica do Antigo Testamento e, ao mesmo tempo, uma síntese da sua teologia e espiritualidade” (PERUZZO, 2020, p. 46).

Encontra-se aqui “por assim dizer, o resumo dos temas centrais do Deuteronômio: mistério de Deus, eleição de um povo na continuidade de sua história, exigência de ação que engloba todos os níveis da vida” (TRADUÇÃO ECUMÊNICA DA BÍBLIA (TEB), 2020, p. 247).

A ideia que o Deuteronômio transmite do Senhor é a de um Deus justo e cuidadoso, que dá leis justas (Dt 4,8), “que faz justiça ao órfão e à viúva, e ama o estrangeiro, dando-lhe pão e roupa” (Dt 10,18). Ele é fiel e cumpridor dos seus compromissos (Dt 7,8-9; 32,4).

Em notório contraste com os livros mais antigos do Pentateuco, principalmente aquelas perícopes que refletem o ponto de vista sacerdotal, o Deuteronômio enfatiza a transcendência de Deus. Ele é próximo a Israel (Dt 4,7), mas apenas em sentido espiritual, visto que ele não se faz presente fisicamente sobre a terra. Enquanto alguns trechos do Êxodo descrevem o santuário como a morada de Deus, o Deuteronômio diz que Deus habita o céu (Dt 26,15) e que apenas o seu nome habita o santuário (ex.: Dt 12,5). Em Ex 25,10-22, a arca da Aliança é concebida como o trono de Deus, do qual ele fala a Moisés, enquanto o Deuteronômio descreve a arca apenas como a custódia das tábuas da lei (Dt 10,1-2). Além disso, o Deuteronômio evita referir-se ao *kavôd* (“glória”, lit.: “peso”) de Deus, expressão que, nos livros

mais antigos, refere-se à sua presença física. Na descrição da teofania do Horeb, segundo o Êxodo, Deus desce sobre a montanha (Ex 19,11.18.19); o Deuteronômio, em vez disso, enfatiza que Deus fala do céu e que apenas o seu fogo, do qual sua voz é ouvida, faz-se presente sobre a terra (Dt 4,36).

A transcendência de Deus é enfatizada também pelo Deuteronômio, em relação aos livros mais antigos do Pentateuco, no Decálogo: a afirmação de Ex 20,11, segundo a qual o Senhor descansou no sétimo dia, é eliminada; o Deuteronômio, contudo, afirma que o propósito do sábado é prover descanso ao escravo, recordando que Deus libertou Israel da escravidão do Egito (Dt 5,14-15). No entanto, ao evitar referir-se ao Senhor em termos físicos e antropomórficos, o Deuteronômio não o está apresentando como alguém insensível em relação ao ser humano e à criação em geral. Na obra, assim como em toda a Bíblia, ele é um Deus misericordioso (Dt 4,31) e afetuoso, que “afeiçoou-se” a Israel (Dt 7,7; 10,15). Ele também se inflama de cólera, por causa do pecado (Dt 7,4; 29,26; 31,17), e de ciúme, reivindicando a fidelidade de Israel (Dt 4,24; 5,9; 6,15).

4.2 Israel¹²

Se a doutrina sobre Deus representa o fundamento da fé expressa no Deuteronômio, a doutrina sobre Israel é, certamente, o principal complemento dessa mesma fé. A concepção deuteronômica acerca do povo de Deus pode ser sumarizada nos seguintes pontos:

¹² Para um aprofundamento da temática se recomenda ver WOODS, 2011, p. 59-65.

1. A nação israelita é objeto da escolha (ou eleição) divina, não pela sua grandeza ou virtude, mas pelo amor prévio e gratuito de Deus a Israel (Dt 7,6-12) e a seus pais (Dt 4,37).

2. Com base na aliança de amor do Senhor com Israel e seus antepassados (Dt 7,12), o Deuteronômio enfatiza o dom iminente da terra, fruto do juramento feito aos antepassados (Abraão, Isaac e Jacó), recorrendo constantemente ao tema (cerca de vinte e oito vezes).

3. Com base na aliança contraída no Horeb [Sinai] (Dt 4,10-14; 5,2-4), cada geração israelita encontra-se em relação de aliança com Deus, que requer compromisso de amor de ambas as partes. No tocante a Israel, isso não equivale apenas a uma relação de amor e lealdade enquanto mandamento, mas a um amor que vem do coração e que envolve todo o seu ser. Assim, o amor de Israel pelo Senhor (Dt 6,5; 10,12-13; 11,1.13.22; 13,3; 19,9; 30.6.16.20) pode ser visto como a resposta ao amor primeiro de Deus (Dt 4,37; 7,7-9.12-13; 10,15; 23,5; 33,3).

4. Uma importante motivação do amor do israelita por Deus, pelo compatriota e pelo estrangeiro tem sua origem na recordação da condição de Israel como estrangeiro (Dt 10,19; 23,7) e “escravo” na terra do Egito (Dt 5,15; 7,18; 8,2.18; 9,7.27; 15,15; 16,3.12; 24,9.18.22; 25,17; 32,7).

5. A aliança é, então, renovada em Moab (Dt 29,1.9-15), com linguagem semelhante à da aliança feita no Horeb (Dt 29,14-15; cf. 5,2-3). Uma resposta genuína de amor e obediência da parte de Israel é entendida como uma “circuncisão do coração” (Dt 10,12-16; 30,6; cf. Jr 4,4; 9,25-26; 31,31-34; Ez 36,24-27). Também, à luz das palavras de Moisés, em Dt 31,24-29, fica claro que Israel falhará, assim como fez no passado. A revelação da *Torah* pelo Senhor é insuficiente para despertar a obediência (cf. Dt 9,7–10,11). Faz-se

necessário, portanto, que ela seja escrita no coração (Dt 6,6; 11,18; cf. Jr 31,33-34).

6. Em Dt 7,6, Israel é lembrado de que é um povo santo para o Senhor seu Deus, escolhido “como seu povo próprio, dentre todos os povos que existem sobre a face da terra” (cf. tb. Dt 14,1-2). Isso é afirmado primeiramente no contexto da proibição e da necessidade de Israel eliminar da terra toda forma externa de idolatria (Dt 7,1-2.5). No Deuteronômio, a santidade não é apenas um *status* conferido a Israel como consequência da sua eleição, mas também acarreta certas responsabilidades (Dt 14,1-3; cf. 23,14), incluindo a observância de todos os mandamentos do Senhor (Dt 26,18-19; 28,9). Isso inclui a ideia segundo a qual o Senhor reivindica posse exclusiva sobre Israel, como seu povo “santo”.

7. No Deuteronômio, em vez de impureza ritual (Dt 14,1-21; 21,22-23; 23,9-14), fala-se mais frequentemente de “abominação” (*tô’ebâ*). O termo aparece ali em dezesseis ocasiões, em relação às seguintes proibições: (i) diferentes formas de idolatria, feitiçaria e magia (Dt 7,25-26; 12,31; 13,14; 17,4; 18,9.12; 20,18; 27,15; 32,16); (ii) animais impróprios ao consumo (Dt 14,3) ou ao sacrifício (Dt 17,1), bem como o pagamento de uma prostituta sagrada ou de um sodomita ao santuário (Dt 23,18); (iii) proibição de um novo casamento com a antiga esposa (Dt 24,4); (iv) vestes masculinas em uma mulher, uma proibição que talvez se refira a cultos pagãos (Dt 22,5); (v) o uso de escalas desonestas (Dt 25,15-16). Assim, no Deuteronômio, a definição de “abominação” é ampla, incluindo a adoração de ídolos, os alimentos proibidos, os sacrifícios indignos, o engano e certos comportamentos sexuais.

8. No Deuteronômio, obrigações que se aplicam apenas aos sacerdotes (Lv 21,5; 22,8) são estendidas a todo o povo (Dt 14,1-2.21).

Sugere-se, assim, que a santidade de Israel pode agora ser vista como uma separação nacional para o Senhor, que também incorpora as qualidades morais do sacerdócio de Israel. Nesse sentido é que Israel pode ser visto como um “reino de sacerdotes” para o Senhor, não em termos de função, mas segundo as exigências da aliança com Deus.

9. Por fim, Israel é apresentado como uma família em larga escala: o termo “irmão” é frequentemente utilizado em referência a compatriotas israelitas, em ordens de suspensão de dívidas, contração de empréstimos, libertação de escravos, proibição da usura e outros (Dt 15,2.3.7.9.11.12; 19,18-19; 23,20.21; 24,7; 25,3). Os líderes ou representantes de Israel (juizes, reis, levitas e profetas) são líderes entre irmãos (Dt 16,18–18,22), presumivelmente indicados pelo povo (Dt 16,18). A preocupação primeira do Deuteronômio é com a justiça no meio do povo (Dt 1,9-18), com juizes no topo da lista de líderes, em Dt 16,18-20. Israel deve atender às necessidades dos que podem não ter meios seguros de subsistência, especialmente os que não possuem terras (levitas, viúvas, órfãos, estrangeiros, pobres e escravos). Essa preocupação com os mais vulneráveis reflete o cuidado do próprio Deus para com eles, protegendo-os da exploração e provendo-lhes o sustento necessário (Dt 10,18-19; 14,28-29; 24,17-22; 26,12-13; 27,19).

4.3 A terra

A terra é caracteristicamente descrita, no Deuteronômio, como um dom do Senhor a Israel (MCCONVILLE, 1986, p. 11) e toda a obra aponta na direção da vida de Israel na terra prometida (TIGAY, 1996, p.16). A promessa da posse da terra aparece em quase todos os capítulos do livro (exceto cap. 14 e 22), comumente ligada ao

juramento feito aos antepassados (cerca de 28 vezes: Dt 1,8.35; 4,31; 6,10.18.23; 7,8.12.13; 8,1.18; 9,5; 10,11; 11,9.21 e outros). Desde o início (Dt 1,8), sugere-se que o Senhor tinha a intenção de cumprir esse aspecto da aliança realizada com Abraão, Isaac, Jacó e seus descendentes (Gn 12,1-3.7; 15,18-19; 17,8). Assim, a terra é apresentada como algo que *já* foi dado a Israel (Dt 1,8), mas que *ainda* deve conquistar (Dt 7,1-2.24; 9,1-3). Uma sentença recorrente, que traduz bem essa ideia é “a terra que o Senhor teu Deus te dará, para que possuas como herança” (Dt 3,12.19; 5,31; 12,1; 15,4; 19,2.14; 25,19) (WOODS, 2011, p. 65). Em suma, a posse da terra é condicional: Israel deve obedecer a Deus, a fim de ocupar a terra com sucesso (Dt 4,1), desfrutar de sua recompensa (Dt 7,12-16) e reter a sua posse (Dt 11,21) (TIGAY, 1996, p.16).

4.4 O culto

Repetidamente, o Deuteronômio descreve o culto de Israel a ser realizado “no lugar que o Senhor vosso Deus houver escolhido para colocar o seu Nome” (12,5.11.14.18.21.26; 14,23-25; 15,20; 16,2.6.11.15; 17,8.10; 18,6; 26,2). Existe uma tendência entre os estudiosos, há mais de um século, que considera essa expressão o reflexo de uma norma de centralização do culto de Israel. Von Rad, por exemplo, afirma que a exigência de uma centralização do culto israelita “é considerada, desde sempre, a característica mais importante do Deuteronômio em relação ao Livro da Aliança [Ex 20,23–23,33]” (1979, p. 17). Uma vez que tal fato não se fez realidade antes dos dias de Josias, argumenta-se que o livro data dos tempos desse monarca. Deve-se recordar, porém, que tal hipótese tem sido

desafiada, ocasionalmente, também por renomados exegetas (THOMPSON, 2006, p. 35).

O culto define Israel como uma nação santa (ou separada) para Deus (Dt 7,6). Por essa razão, a presumida lei do altar central domina o conteúdo dos capítulos 12–26. Nessa longa seção, o culto provê a moldura e o contexto para as normas que regem o comportamento social: inicia-se pela convocação para o culto (Dt 12,1–13,18) e se conclui com o próprio objetivo do culto (26,1-15). No meio, encontram-se as questões referentes à justiça social e ao “princípio sabático” (Dt 14,22–16,17), à estrutura jurídica e seus administradores (Dt 16,18–18,22) e aos detalhes práticos da justiça social (19,1–25,19). Esta é uma maneira sutil de se dizer que a prática da vida e a celebração da fé caminham de mãos dadas: o culto é a vida celebrada e a vida, o culto praticado. Além disso, o próprio capítulo 12 começa (vv. 1-4) e termina (vv. 29-31) com a polêmica dirigida contra o falso culto e os deuses cananeus (WOODS, 2011, p. 70).

NOTAS CONCLUSIVAS

O Deuteronômio é, por assim dizer, uma rerepresentação da Lei do Sinai, na forma de uma exposição ou expansão da Lei Mosaica. A Lei já era integrante da vida de Israel, antes do Sinai (ex.: Ex 16,23), e continuou a desenvolver-se, depois do Sinai, em vista das necessidades dos novos tempos e lugares. O Deuteronômio é mais bem entendido, portanto, como um documento de renovação da Aliança, e não como uma declaração inicial de estabelecimento de aliança (WOODS, 2011, p. 26-27).

O coração do Deuteronômio é, segundo a definição que o próprio livro dá de si mesmo, a *Torah*: “esta é a Lei” (Dt 4,44),

“Moisés escreveu esta Lei” (Dt 31,9), “lerás esta Lei” (Dt 31,11), “o livro desta lei” (Dt 28,61). Essas e outras expressões do gênero indicam claramente como, ao centro do último livro do Pentateuco, encontra-se o conceito de *Torah*, a revelação já fixada, definitivamente e com autoridade, no “livro” dado pelo Senhor a Israel (CATTANI, 2006, p.11).

Com relação ao conceito de *Torah*, ajuda-nos a compreender melhor o seu significado (e conseqüentemente o significado do Deuteronômio) a definição proposta por Von Rad:

[...] para retornar à expressão “a Torah”, com a qual o Deuteronômio define-se a si mesmo – é evidente que a nossa palavra “lei” não lhe pode ser uma tradução adequada, porque não colheria o seu significado teológico. O termo Torah, assim como é utilizado no Deuteronômio, indica a totalidade da intervenção de Javé, que manifesta a sua vontade a favor de Israel. Pode-se traduzi-la, portanto, com uma expressão igualmente genérica, como “manifestação da vontade” (VON RAD, 1972, p. 257-258, tradução nossa).

Na legislação deuteronômica, o humanismo encontra-se em um estágio de desenvolvimento bastante avançado, especialmente no tocante ao necessitado: devedores, servos, escravos fugitivos, estrangeiros residentes, órfãos, viúvas e levitas, bem como animais e até mesmo criminosos condenados. Normas humanitárias podem ser encontradas ao longo do Pentateuco, mas elas são mais alargadas pelos legisladores do Deuteronômio (Dt 12,12.18-19; 14,28-29; 15,1-18; 16,11.14; 22,6-7.10.22-23; 23,16-17.20.25-26; 24,6.10-15.17-22; 25,1-4). Caracteristicamente, Dt 10,19 cita o dever de se tratar com amor o estrangeiro, entre os deveres de Israel, no mesmo contexto do amor e do serviço ao próprio Deus. Como ocorre em outras partes do Pentateuco, o Deuteronômio recorda que os deveres humanitários para com os necessitados se baseiam no fato de Israel ter passado por igual

experiência de privação (Dt 10,19; 15,15; 24,18.22) (TIGAY, 1996, p. 18).

REFERÊNCIAS

CATTANI, Luigi. Introduzione. In: RASHI DI TRYES. *Commento al Deuteronomio*. Genova: Marietti, 2006.

FREVEL, Christian. Horeb. In: KASPER, Walter (Ed.). *Diccionario enciclopédico de exégesis y teología bíblica*. Barcelona: Herder, 2011.

KONINGS, Johan. *La Biblia, su historia y su lectura: una introducción*. Estella: EVD, 1995.

_____. *Evangelho segundo João: amor e fidelidade*. São Paulo: Loyola, 2005.

MCCONVILLE, J. G. *Law and theology in Deuteronomy*. Sheffield: JSOT, 1986 (Journal for the Study of the Old Testament Supplement Series, 33).

PERUZZO, José Antônio. *Texto Base – Mês da Bíblia 2020: livro do Deuteronomio*. Brasília: Edições CNBB. Edição do Kindle.

SKA, Jean-Louis. *O canteiro do Pentateuco: problemas de composição e de interpretação, aspectos literários e teológicos*. São Paulo: Paulinas, 2016.

THOMPSON, J. A. *Deuteronomio: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova, 2006 (Cultura Bíblica).



TIGAY, Jeffrey H. *Deuteronomy*. Philadelphia: Jewish Publication Society, 1996.

VON RAD, Gerhard. *Deuteronomio*. Brescia: Paideia, 1979 (Antico Testamento, 8).

_____. *Teologia dell'Antico Testamento: teologia delle tradizioni storiche d'Israele*. Bescia: Paideia, 1972. v. 1. (Biblioteca teologica, 6).

WOODS, Edward J. *Deuteronomy: an introduction and commentary*. Downers Grove: Inter-Varsity Press, 2011 (Tyndale Old Testament Commentary, 5).